



REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA E SUAS RELAÇÕES COM O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Olivia Gabrielly Laranjeira Silva¹
Eduardo Cardoso Moraes²

RESUMO

Este artigo discute a centralidade do trabalho na vida social humana, concebendo que ele é o meio pelo qual o sujeito produz os elementos necessários à sua sobrevivência. Através do trabalho se produzem bens necessários à vida e estabelecem relações, por meio da colaboração, divisão de tarefas, cooperação. Com a complexificação da sociedade, os modos de produção se diferenciam e assumem formas históricas e hegemônicas de alienação do trabalho humano. Ao se submeter à divisão do trabalho, a força de trabalho é apropriada pelo possuidor dos meios de produção, diante disso, o indivíduo não se reconhece como produtor e os objetos como obra de sua criação, assim, não há satisfação de necessidade e passa a ser fonte de sofrimento. A compreensão de que o trabalho tem consequências sobre a saúde do indivíduo é antiga e os transtornos mentais têm sido reconhecidos como um dos principais problemas ocupacionais tanto no Brasil como no mundo. Materializar a formação politécnica, omnilateral ou integral é a direção a ser trilhada para se conseguir a emancipação humana de toda forma de alienação, pois a proposta de uma formação integral, que não dissocia o “saber fazer” do “saber pensar”, considera a pessoa humana como fim em si mesma e não como meio de exploração.

Palavras-chave: Trabalho, Saúde Mental, Estresse psicológico, Capitalismo, Educação Integral.

INTRODUÇÃO

O trabalho é atividade vital essencialmente humana, que produz objetos úteis e satisfaz necessidades. A vida humana surge a partir do trabalho e suas relações e só se mantém por meio disso. Ou seja, esse processo é eterno e sempre será a principal atividade humana.

No trabalho, o homem transforma a natureza e ao mesmo tempo se transforma. Esse processo além de produzir materiais, produz também satisfação e realização. Porém, com o avanço da sociedade, o homem tem sido cada vez mais cindido para atender as necessidades do capital. A grande indústria desenvolveu demasiadamente as forças produtivas, e tornou o homem dividido entre o que pensa e o que executa. O próprio trabalhador não reconhece mais o produto final de seu trabalho, sendo assim, em vez de sujeito, o trabalhador passa a ser objeto.

¹ Enfermeira no Instituto Federal de Alagoas - IFAL, Campus Batalha. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. E-mail: oliviaglsilva@gmail.com

² Doutor em Engenharia Industrial pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. E-mail: eduardo.moraes@ifal.edu.br



A força produtiva passou a ser a principal mercadoria do capitalismo. E, através disso, o trabalho deixou de ser satisfação pessoal para ser produtor de mais-valia. O objetivo final do trabalho passou a ser o salário, o que tem sido fonte de frustração e adoecimento, pois na maioria das vezes o salário só consegue atender as necessidades básicas do trabalhador.

Em resposta à dinamicidade do capitalismo, o trabalhador é cada vez mais explorado e obrigado a atender às rápidas mudanças. Com o atual modelo de acumulação, o sujeito precisa ser flexível e estar sempre apto para realizar multi-tarefas. A organização do trabalho sob o modo de produção capitalista, baseado nas altas jornadas de trabalho, na multifuncionalidade, flexibilização, terceirização, repercute diretamente na saúde do ser humano. O trabalhador passa a ter necessidade de se adaptar, reinventar, atualizar para acompanhar as demandas que lhes são impostas e ao mesmo tempo se sente vazio porque rapidamente fica obsoleto. O capital explora essa constante mudança da técnica e coloca a responsabilidade de atualização sob o trabalhador, pois desatualizado, não consegue permanecer no emprego. Este processo tem gerado grande sofrimento físico e psíquico.

São abundantes e radicais as mudanças nos processos de trabalho e o quanto isso tem refletido na saúde do ser humano. Nesta perspectiva, este trabalho apresenta concisamente a influência do trabalho no processo saúde-doença e como a educação politécnica pode contribuir para a reversão deste processo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho na centralidade da humanização do sujeito

O trabalho notabiliza-se como centro na reprodução social não somente por ocupar parte importante de sua vida social, mas por ser o meio pelo qual o sujeito produz os meios necessários à sua sobrevivência, aumentando a sua capacidade de transformação da natureza e do mundo. Ao modificar a natureza, o ser humano também se transforma. O trabalho é, portanto, o constituidor do ser social; tem um caráter ontológico (ENGELS, 2008).

Lessa (2012, p. 25), ao estudar a investigação ontológica de Lukács esclarece que a definição de trabalho se apresenta em uma acepção muito clara: “é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social”. Sendo assim, é condição para fundar o mundo humano. É justamente no trabalho que se procede o salto ontológico, ou seja, o distanciamento da existência humana da esfera meramente biológica. E é pelo trabalho



que se concebe a categoria social, pois é por meio dele que se exige a necessidade da fala e do conjunto das relações sociais.

Percebe-se que o trabalho é primordial para a subjetividade humana, pois é por meio dele que se produzem bens necessários à vida e estabelecem relações, através da colaboração, divisão de tarefas, cooperação. Neste processo o homem, ao mesmo tempo, realiza-se. Porém, com a complexificação da sociedade, o trabalho além de produzir valor de uso, produz mercadoria, isto é, valor de troca. E é nesse processo, em que os modos de produção se diferenciam e assume formas históricas e hegemônicas de alienação do trabalho humano (SANTOS, 2005).

O trabalho, por ser a atividade principal do ser humano, não serve apenas como fonte de sustento, mas também como representação/identificação do próprio sujeito. Assumindo esse caráter de formador de sujeitos, o trabalho constitui processos de formação da consciência e da personalidade, assim como desperta emoções e sentimentos, características envolvidas com o sofrimento e adoecimento mental (VIAPIANA; GOMES; ALBUQUERQUE, 2018).

No capitalismo, o trabalho, enquanto fundamento deste sistema, é o significado subjetivo da propriedade privada e está diante do trabalhador como algo estranho, que não lhe pertence, prejudicial e nocivo. E este trabalho, como é determinado historicamente, é a única forma possível. E o que parecia ser realização passa a ser estranhamento, expropriação, pois o próprio sujeito não consegue reconhecer o produto final de seu trabalho (ENGELS, 2008).

Perspectiva histórica do capitalismo

Consideráveis mudanças têm ocorrido na sociedade capitalista: os processos de trabalho têm novas características, alteram os hábitos de consumo, modificam as configurações geográficas e geopolíticas e os poderes e práticas do estado. No ocidente, em especial, que vive em função dos lucros que a produção oferece. Harvey (2003) anuncia que esse sistema existe porque seu esquema de reprodução é coerente, pois toda a sociedade acaba se comportando de forma que permite que o sistema se reproduza.

Explicando de forma mais prática, Harvey (2003) relata que a dinâmica do capitalismo é favorecida pelas pressões que o Estado, as grandes corporações e outras instituições exercem. Essas pressões podem ser diretas ou indiretas; são diretas quando impõem salários e preços, por exemplo; são indiretas quando persuade os sujeitos a incorporar novas ideias



sobre necessidades e desejos básicos de vida. Mas o resultado final é acostumar os indivíduos a essa dinâmica do capital. É tanto que isso molda as pessoas a um padrão de consumo e estilos de vida, que retroalimentam esse sistema.

O capitalismo vivenciou, a partir dos anos 1970, uma profunda mudança em sua lógica de reprodução, apesar de que a lógica inerente de acumulação e suas tendências permanecem as mesmas. Para responder a mais uma de suas crises, o capital empreende uma reorganização da produção e do trabalho com o objetivo de recuperar as taxas de lucro e sua expansão. Essa reorganização instituiu um conjunto de medidas que reorienta o capital para um novo regime de acumulação, em que os processos e mercados de trabalho são mais “flexíveis”. A maior flexibilidade e mobilidade permite aos empregadores exercerem maior controle sobre a força de trabalho, redução do número de trabalhadores em tempo integral, subcontratação ou contratação de uma força de trabalho “flexível”, facilmente empregada e demitida (HARVEY, 2003).

Para responder à dinamicidade do capitalismo, o toyotismo (regime de acumulação flexível) incorpora a variedade e heterogeneidade. Passa a valorizar o trabalho em equipe, a pluralidade de tarefas e a heterogeneidade. A produção pode se estruturar de modo flexível, de forma que cada trabalhador pode operar várias máquinas ao mesmo tempo, ‘otimizando’ o tempo de produção. Além disso, as empresas reduzem o contingente da força de trabalho (humano) e aumentam em tecnologia com os recursos de automação e microeletrônica. Esta é, na verdade, a principal característica da acumulação flexível, e com isto, os trabalhadores se sentem cada vez mais na obrigação de se qualificar e na obrigação de realizar múltiplas tarefas ao mesmo tempo. Porém, essa função de “multitarefa”, em vez de ampliar o grau de reflexão e realização no trabalho, demonstra de fato a intensificação dos ritmos e cargas de trabalho (ANTUNES, 2013).

Na terceirização/flexibilização, não há mais o salário fixo ou adiantamento do capital, o pagamento dos trabalhadores dependerá dos resultados das vendas dos produtos/mercadoria/força de trabalho. É como se os rendimentos do trabalhador dependessem do lucro dos capitalistas. E a principal conquista para o capital é a enorme produtividade do trabalho, pois, já que antes não se conseguia igualar tempo de trabalho com tempo de produção, pela existência de uma jornada de trabalho e pelos direitos dos trabalhadores, então flexibilizou-se a jornada dos trabalhadores e com ela, os seus direitos (OLIVEIRA, 2003).



Essa disposição de empregos flexíveis nem sempre cria uma insatisfação trabalhista forte, pois pode parecer que a flexibilidade é mutuamente benéfica. Porém, quando se analisa o enfraquecimento em relação aos direitos trabalhistas, como, por exemplo, nível salarial, segurança no emprego, pensões, de modo algum parece positivo para a população trabalhadora. E a mudança mais radical tem sido exatamente na direção da subcontratação e do emprego temporário, pois os trabalhadores são facilmente demitidos quando as coisas ficam ruins. Diante deste quadro de instabilidade estrutural do trabalho, acentua-se o desmonte da legislação que protege os trabalhadores e aumenta-se ainda mais o consumo do sobretrabalho, amplia-se as formas de precarização e ocorre a assolação dos direitos sociais que foram dolorosamente conquistados pela classe trabalhadora (HARVEY, 2003).

A nova configuração do mundo do trabalho e o processo saúde-doença

O capital, para alcançar seus objetivos, necessita de um novo tipo de trabalhador que seja também flexível e utiliza algumas estratégias para ampliar a mais valia: produzir conforme a demanda; ampliar o uso da tecnologia e informatizar para reduzir o trabalho improdutivo. Desta forma, exige que o trabalhador seja “polivalente” e flexível tanto em relação ao seu trabalho, quanto em seu psiquismo e vida cotidiana, levando a compreensão do sofrimento do trabalhador inserido nesse contexto. A necessidade por uma constante adaptação, a flexibilidade exacerbada, as modificações constantes das tarefas e técnicas ocasiona no trabalhador um sentimento de estar atrasado, desatualizado, gerando grande ansiedade e uma falsa sensação de precisar sempre se atualizar. O capital aproveita-se dessas mudanças constantes para colocar a responsabilidade de se adaptar no trabalhador, que muitas vezes precisa dedicar seu tempo livre para as capacitações. Isto gera um forte sofrimento naquele, pois cede a essas pressões para não ser demitido (MALAGUTY, 2013).

Nesta nova forma de acumulação do capital algumas contradições se evidenciam: quanto mais qualificado e intelectualizado é o trabalhador, mais se acentuam as terceirizações, precarizações, subcontratações. Quanto mais a empresa é moderna e mais racionalizado o seu modus operandi, baseado na qualificação, “competências” e gestão do conhecimento, mais degradáveis parecem se tornar os trabalhos para uma porção demasiada de trabalhadores e trabalhadoras. Ou seja, delineiam-se níveis crescentes de informalidade, desemprego alastrado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial acentuado, perda crescente de direitos. E essa gestão do capital caminha no sentido de conseguir um envolvimento psíquico



dos sujeitos, ao mesmo tempo em que intensifica a exploração do trabalho, aprofundando os processos de alienação (ANTUNES et al, 2010; MALAGUTY, 2013)

Há ainda outra questão muito importante: a pirâmide social do trabalho contrasta cada vez mais em sua estrutura, em que aparece, no topo, trabalhadores ultraqualificados, que representam as tecnologias da informação e comunicação; na base, alastra-se o desemprego e a precarização, gerando o trabalho supérfluo e impossível de ser absorvido pelo capital. No meio da pirâmide, aparece a heterogeneidade de quem foi ultraqualificado, mas que se encontra sem trabalho pelo fechamento, incorporação ou transferência da empresa, ou seja, um iminente desempregado. Sem contar os trabalhadores que estão sem emprego há algum tempo e que possivelmente não retornarão mais ao mercado de trabalho (ANTUNES et al, 2010).

Além dessa disposição da pirâmide, ainda restam os traços geracionais da estrutura social, em que há exclusão dos mais velhos e dos mais jovens do mercado de trabalho. Os jovens alargam por muito tempo as fileiras de desempregados e quando atingem a faixa etária de 35 a 40 anos, caso ainda não tenham conseguido emprego, dificilmente conseguirão (ANTUNES et al, 2010).

O trabalho, enquanto forma de alienação, não é o autêntico trabalho, pois está destituído da particularidade de humanizar o sujeito, pelo contrário, priva-o de realização. Ao se submeter à divisão do trabalho, a força de trabalho é apropriada pelo possuidor dos meios de produção. Com essa expropriação, o indivíduo não se reconhece como produtor e os objetos como obra de sua criação, assim, não há satisfação de necessidade e passa a ser fonte de sofrimento, pois o salário que se torna o objetivo final do trabalho, em geral, não consegue recompensar financeiramente o trabalhador em suas necessidades (MALAGUTY, 2013).

Engels (2008), ao estudar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, expõe que a sociedade comete, a cada dia e a cada hora, o assassinato social, pois põe os operários a uma situação que não pode conservar a saúde e nada faz para amenizá-la. Revolta-se ainda como a moderna sociedade trata a imensa massa de pobres, pois os seduz para as grandes cidades, os colocam em bairros com um enorme aglomerado de pessoas, onde são acumulados todos os males possíveis: circulação de ar contaminada, cursos de água poluídos, detritos jogados nas ruas, entre outros. O processo de divisão do trabalho extrapolou os muros das fábricas, remontando nas cidades um crescimento horizontal, irrestrito, em que o objetivo central é manter, nas cidades, mão de obra abundante. (OLIVEIRA, 2003).



De acordo com Viapiana, Gomes e Albuquerque (2018), na tentativa de compreender o processo saúde-doença, inclusive relacionado com o adoecimento psíquico, é preciso compreender que as relações sociais, econômicas e culturais subsumem o biológico. É relevante investigar as formas de produção de determinada sociedade e suas características fundamentais que determinam os processos de trabalho. Só assim é possível apreender com profundidade o perfil de adoecimento marcado pelas altas taxas de sofrimento e adoecimento psíquico.

De acordo com a Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde, o grau de saúde e de doença de uma determinada população está associada à posição social, que é definida pelas condições de vida e trabalho dos indivíduos e grupos. Os problemas de saúde estão diretamente relacionados com o grau de desenvolvimento de um país ou região (BRASIL, 2008).

Pesquisas tem mostrado que o desemprego, o trabalho informal e a exclusão do mercado de trabalho se relacionam a más condições de saúde entre os brasileiros, independente de escolaridade, renda e região de moradia. O Brasil caracteriza-se por uma carga de dupla de doenças entre os trabalhadores, acompanhando as divergências regionais e sociais, ou seja, verifica-se a presença de algumas doenças já controladas em países desenvolvidos, ao lado de “novas” doenças relacionadas ao trabalho, como é o caso das desordens mentais relacionadas ao estresse (BRASIL, 2008).

A compreensão de que o trabalho tem consequências sobre a saúde dos indivíduos não é recente e tem-se como exemplo claro o filme *Tempos Modernos*, em que Charlie Chaplin aparecia com um notório adoecimento físico e mental por consequência do modelo de trabalho taylorista/fordista. Esses métodos e técnicas de trabalho chegam ao trabalhador como algo pronto, visto que a preparação para o trabalho se tornou atribuição de especialistas como engenheiros. E, isto consolida a dualidade saber e fazer; a separação entre quem planeja e quem executa, trabalho manual e intelectual. Esta fragmentação de tarefas requer do sujeito respostas altamente delimitadas, que sinaliza, de início, para dois sofrimentos provocados pelo trabalho: o medo e o tédio (MERLO; LAPIS, 2007).

Os transtornos mentais, em alguns casos, têm sido interpretados a partir de uma abordagem biologicista, anistórica, como algo isolado do contexto sociocultural em que os sujeitos estão inseridos. Porém, as reações emocionais são motivadas pelas experiências que cada pessoa, direta ou indiretamente, vivencia. Dessa forma, não satisfazer as necessidades, não realizar-se profissionalmente e não se adequar às exigências da sociedade podem motivar



reações negativas. E, diante desse contexto, o trabalho tem perdido cada vez mais a sua capacidade de auto realização dos sujeitos, tornando-se trabalho imposto, forçado e fonte de adoecimento (VIAPIANA; GOMES; ALBUQUERQUE, 2018).

Diante deste cenário, percebe-se que uma grande quantidade de fatores debilitam a saúde do trabalhador. E, o homem dividido e submetido à dualidade saber/fazer, pensar/executar, à instabilidade empregatícia, a condições subumanas de trabalho, à necessidade de se reinventar e mesmo assim se sentir obsoleto, encontra-se destituído de sentido, percebe-se estranho e alienado. Dadas tais circunstâncias, como esperar uma classe mais pobre sadia? O que esperar se não a presença, em larga escala, de adoecimento físico e psíquico? E é onde surge a pergunta: há como subverter esse processo?

A educação integrada como enfrentamento aos danos históricos do modo de produção capitalista

A educação tem o papel de contribuir para que a sociedade se desenvolva de forma integral e a escola é vista como um espaço privilegiado e uma oportunidade para que pessoas de diferentes origens sociais colaborem para a constituição de uma sociedade mais justa e democrática. Ao visitar a escrita de Manacorda, 'Marx e a pedagogia moderna', compreende-se que o meio de garantir a equidade dos estratos sociais e a existência da classe trabalhadora é fornecer educação pública, gratuita e às custas da nação a todos, e que essa educação seja vinculada ao trabalho. Em Manifesto do Partido Comunista, publicado originalmente em 1848, Marx e Engels afirmam que o ensino tecnológico (união do ensino e trabalho produtivo) possibilitará aos jovens a compreensão de todo o processo de produção, admitindo que eles alternem de um ramo a outro da produção ou de acordo com as necessidades da sociedade ou por suas inclinações pessoais. Isso descartará dos indivíduos a característica unilateral imposta pela divisão do trabalho (MANACORDA, 2007).

Materializar a formação politécnica, omnilateral ou integral é a direção a ser trilhada para se conseguir a emancipação humana de toda forma de alienação. Moura (2013), a partir das conclusões do Manifesto do Partido Comunista reitera que a politecnicidade, em seu sentido integral, está disponível apenas para uma sociedade em que a soberania do poder político esteja para a classe trabalhadora. Mas é possível caminhar, em passos lentos, nesta direção, aproveitando as contradições do atual sistema econômico. Marx (apud Manacorda, 2007) reitera afirmando que seria necessário uma mudança na ordem social para se criar um ensino



correspondente, mas por outro lado é preciso um bom sistema de ensino para mudar as condições sociais, por este motivo, deve-se partir das condições existentes.

O ensino médio, em especial, talvez seja o melhor momento para uma intervenção, pois dedica-se a atender a faixa etária que em poucos anos pode ocupar espaços importantes em relação aos itinerários sociais que serão percorridos. O Ensino Médio Integrado tem ganhado notoriedade como um modelo de enfrentamento aos danos históricos que constituíram a estrutura da sociedade brasileira, com as desigualdades econômicas e sociais. Isso porque, a proposta de uma formação integral, que não dissocia o “saber fazer” do “saber pensar”, considera a pessoa humana como fim em si mesma e não como meio de exploração. Esse tipo de formação, insatisfeita com as misérias da realidade histórica, se destina a avançar para a omnilateralidade, em que todas as dimensões da vida são integradas no processo formativo (BRASIL, 2017).

Pensar a formação integrada compreende a educação em totalidade, que proporciona o conhecimento científico e a reflexão sobre os padrões estabelecidos na sociedade. Este tipo de educação não elimina as particularidades dos grupos sociais, pelo contrário, se apresenta como associação do diverso. Possibilita, como formação humana, o direito a uma preparação completa para a compreensão do mundo e para a vivência na sociedade como um sujeito que pertence e atua em sua comunidade (RAMOS, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que com o atual sistema econômico, o trabalho tem sido fonte de desgaste físico e mental, em especial, por não ficar mais restrito aos limites das indústrias e empresas. A cobrança excessiva por produção se expande para outras dimensões do cotidiano do trabalhador, como, por exemplo, os momentos de descanso e lazer e afeta sobremaneira a vida do trabalhador. Ainda mais quando se tem, atualmente, as tecnologias de comunicação que se liga diretamente ao trabalhador.

O espaço de trabalho perde a sua territorialização, de modo que o trabalho passa a fazer parte da esfera doméstica e com uma jornada de trabalho expressiva. O sujeito precisa estar o tempo todo conectado, disponível para atender as demandas do empregador. Além disso, como foi discutido anteriormente, a necessidade constante por aperfeiçoamento e qualificação contribui para o esgotamento físico e mental.



Além disso, a realidade, como se apresenta, com altas taxas de desemprego e subemprego, desmonte de direitos trabalhistas, desvalorização da força produtiva, alto grau de cobrança com os trabalhadores afeta a saúde física e mental e são fontes de sofrimento e adoecimento psíquico para o ser humano. Neste contexto, é imperativo avançar os estudos sobre o tema e ampliar o debate para que esse processo seja, até onde puder, revertido.

Acredita-se que uma educação de qualidade, integral e de base unitária, oferecida à sociedade em geral, especialmente para a classe trabalhadora, enseja uma consciência crítica da realidade atual no sentido de contribuir para a superação da dualidade estrutural que assola a vida do trabalhador. A formação omnilateral pode proporcionar o conhecimento intelectual digno para os operários a fim de intervir na realidade imposta.

A sociedade brasileira, que é caracterizada por uma realidade socioeconômica marcada por altos graus de desigualdade, de informalidade no trabalho e de desemprego necessita de uma formação humana integral para que as formas de alienação sejam refletidas e revertidas. E, apesar de parecer utópica, esta é a direção a ser seguida para o enfrentamento dos prejuízos históricos decorrentes do atual sistema econômico.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo; 2013

ANTUNES, R. LEHER, R. BAHIA, L. **Trabalho, Educação e Saúde**: 25 anos de Formação Politécnica no SUS. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

ARAUJO, J. D. Polarização epidemiológica no Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 2012. Disponível em:
<http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2019.

BORGES, L. F. P. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Revista Educação Em Questão**, 55(45), 101-126. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n45ID12747> Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil**. Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). Brasília, 2008.



BRASIL. **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**/Adilson Cesar Araújo e Cláudio Nei Nascimento da Silva (organizadores) – Brasília, 2017.

ENGELS, F. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola; 2003.

LESSA, S. **Mundo dos homens: Trabalho e ser social**. 3a edição. Instituto Lukács, São Paulo, 2012

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo; 2012

MALAGUTY, S. **Sofrimento pelo trabalho: uma contribuição a partir da Teoria da Atividade de A. N. Leontiev [tese]**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2013.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução Newton Ramos-de-Oliveira. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MERLO, A. R. C.; LAPIS, N. L. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Nov. 2019

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para uma formação humana integral? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 de setembro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000300010>

OLIVEIRA, F. **O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educac%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf> Acesso em: 20 Nov. 2019.

SANTOS, F. L. N.; LIMA FILHO, D. L. **Mudanças no trabalho e o adoecer psíquico na educação**. Universia, 2005. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000205.pdf> Acesso em: 27 nov. 2019.

VIAPIANA, V. N.; GOMES, R. M.; ALBUQUERQUE, G. S. C. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-1042018000800175&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Nov. 2019.